



Contrato 09/2025 /ECONOMIA

	PROCESSO 202400005005765	Nº
	Contrato que entre si celebram o Estado de Goiás, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, e a empresa GLOBO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME , para a prestação de serviços continuados com fornecimento de mão-de-obra direta, equipamentos/ferramentas, material de consumo, uniformes e EPIs - Lote 1, e serviços sob demanda, sem dedicação de mão de obra exclusiva - Lote 4.	

CONTRATANTE: O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.655/0001-80, com sede na Avenida Vereador José Monteiro, Complexo Fazendário, Bloco B - Setor Nova Vila, Goiânia - GO - CEP 74653-900 - (62)3269-2068, neste ato representado por seu titular, nos termos do art. 84-A da Lei Estadual nº 17.928/2012 incluído pela Lei complementar nº 164, de 7 de julho de 2021, conforme regulamento do Decreto estadual nº 9.898/2021, **Sr. FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA**, portador do CPF nº *****.405.463-****, residente e domiciliado em Goiânia - GO;

CONTRATADA: **GLOBO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita sob o CNPJ nº 09.118.398/0001-30, com sede na Rua 247, QD 35, LT 27, Sala 102, Setor Coimbra, Goiânia - GO, neste ato representada na forma de seus estatutos pela Sra. **SOLANGE OLIVEIRA SILVA**, portadora do CPF nº *****.683.701-****, residente e

domiciliada em Goiânia - GO.

O presente contrato será regido pela Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, especialmente nos casos omissos, pelo Decreto estadual nº 10.247, de 30 de Março de 2023, e demais normas regulamentares aplicáveis, decorrente da Contratação SISLOG nº 104300, Pregão Eletrônico nº 02/2025, instruído no processo SEI nº 202400005005765, de 09/02/2024, (Processo relacionado - Contratação/Execução: 202500004029872), conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de auxiliar de limpeza, auxiliar de limpeza (banheiros coletivos), e de encarregado de serviços gerais com dedicação de mão de obra exclusiva - Lote 1, e serviços sob demanda, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para limpeza de esquadrias envidraçadas externas com exposição a situação de risco, limpeza de caixas de água, limpeza de calhas e diárias de faxina incluindo o carregamento de móveis, incluindo equipamentos/ferramentas, material de consumo, uniformes e EPIs - Lote 4;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A presente contratação se vincula às condições e especificações estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 002/2025, Termo de Referência, seus anexos e proposta da CONTRATADA, independente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As especificações detalhadas do Objeto são as carreadas na SEÇÃO 4 do **TR - Termo de Referência**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os requisitos técnicos e a forma de recebimentos são os carreados na SEÇÕES 6 E 7 do **TR - Termo de Referência**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE RECEBIMENTO

Os bens deverão ser fornecidos conforme estabelecido no Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, sendo o recebimento conforme itens 9.1 ao 9.6 do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do **TR - Termo de Referência**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O valor total do presente contrato, de acordo com a Proposta Comercial da CONTRATADA, é de R\$ 7.667.175,12 (sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil cento e setenta e cinco reais e doze centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO. Os preços contratados, de acordo com a Proposta Comercial da CONTRATADA, são:

Lote 01 - Serviços de Limpeza Posto Fixo

Item	Tipo de Serviço	Unidade	Jornada de trabalho mensal	Ocupante por Posto	Quantidade de Postos	Valor Unitário (R\$)	Valor Total - 12 meses (R\$)
01	Auxiliar de Limpeza	Posto de trabalho	220 horas	01	112	4.791,67	R\$ 6.439.991,04
02	Auxiliar de Limpeza (banheiros coletivos)	Posto de trabalho	220 horas	01	09	6.279,97	R\$ 678.235,68
03	Encarregado de serviços gerais superior a 50 funcionários	Posto de trabalho	220 horas	01	02	6.737,10	R\$ 161.690,40
VALOR TOTAL							R\$ 7.279.917,12

Lote 04 - Serviços Sob Demanda						
Item	Tipo de Serviço	Unidade	Quantidade	Periodicidade Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
11	Limpeza de fachadas envidraçadas externas com exposição à situação de risco prestado sob demanda, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	(M²)	2.750	2	22,00	121.000,00

12	<p>Limpeza de reservatórios de água: o serviço consiste no esvaziamento e lavagem do reservatório (paredes, fundo e áreas adjacentes) em conformidade com as normas vigentes, devendo ser feito o serviço por técnico especializado em locais designados pela administração, dando garantia do Serviço executado no mínimo 6 (seis) meses, com emissão de certificado da empresa assinado por profissional devidamente autorizado (químico) a ser prestado sob demanda, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.</p>	(M³)	142	2	26,00	7.384,00
13	<p>Limpeza de calhas e rufos, com remoção total da sujeira, com raspagem e remoção de material acumulado e destinação final dos detritos. Incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.</p>	Metro linear	2.276	4	11,00	100.144,00

14	Execução de limpeza pesada (faxina), incluindo a movimentação de móveis e objetos em geral, assim como a carga e descarga de mudanças e mercadorias em geral, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPs, transporte e mão-de-obra.	Unid/Diária	1000	1	158,73	158.730,00
VALOR TOTAL						R\$ 387.258,00

VALOR TOTAL - LOTES 01 E 04 - R\$ 7.667.175,12

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

A CONTRATADA, após a entrega do objeto, deverá protocolizar a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para ser atestada pelo gestor do contrato, que será encaminhada para o setor responsável da CONTRATANTE para pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para efetivação do pagamento, a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR, conforme itens 9.20, do Tópico 9 do **TR - Termo de Referência**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O Prazo para pagamento se dará conforme os itens 9.29 ao 9.33 do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do **TR - Termo de Referência**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A liquidação da despesa ocorrerá nos termos dos itens 9.27 e 9.28 do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do **TR - Termo de Referência**.

PARÁGRAFO QUARTO. Os pagamentos serão orientados pelo Cronograma de Execução Física e Financeira, apresentado pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no item 7.3.1.4 do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do **TR - Termo de Referência**.

PARÁGRAFO QUINTO. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Em caso de atraso no pagamento à CONTRATADA, a

Atualização monetária acontecerá nos moldes do item 9.34 do Tópico 9 do **TR - Termo de Referência**.

PARÁGRAFO OITAVO. Os preços serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, no que diz respeito ao fornecimento de materiais. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento, precedido, obrigatoriamente, de solicitação da contratada, acompanhada de memorial de cálculo que o embase;

PARÁGRAFO NONO. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, em atenção à Nota Técnica nº 04/2016 da Procuradoria-Geral do Estado.

PARÁGRAFO DÉCIMO. O contrato será repactuação, desde que, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que a proposta se referir. Para o objeto em tela, será considerada data da referência a data da última convenção coletiva-CCT de trabalho ou equivalente, vigente na data de apresentação da proposta ou da última repactuação, do SEACONS ou de outro sindicato adotado pela CONTRATADA e informado em sua proposta;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. As repactuações serão procedidas após solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamente a repactuação. No caso das repactuações subsequentes à primeira, o prazo de um ano deve ser contado a partir da data dos efeitos financeiros da última repactuação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Para exame do pedido de repactuação são necessários a juntada aos autos do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, com prova de registro no Ministério de Trabalho e Emprego e demonstração de efetiva repercussão dos fatos alegados pelo contratado nos custos dos preços inicialmente pactuados, sendo vedada a inclusão de custos não previstos originalmente nas propostas;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. A repactuação deverá ser pleiteada até a respectiva subscrição de prorrogação ou encerramento do ajuste, sob pena de preclusão do direito de repactuar;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

CLÁUSULA QUINTA - FONTE DE RECURSOS

Para a referida contratação a orientação financeiras e orçamentárias seguirá os parâmetros carreados na Declaração Orçamentária e Financeira nº 00235/1701/2025.

PARÁGRAFO ÚNICO. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: 2025.17.01.04.122.4200.4243.03, Fonte de Recursos: 15000100; Nota de Empenho: 00375, emitida em 31/03/2025, no valor de R\$ 5.750.381,34 (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil trezentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos). Nos exercícios seguintes, em dotação apropriada.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência contratual é de 12 meses, contados imediatamente após a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a vigência do contrato é prorrogável, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS

Será exigida garantia de execução contratual, conforme a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA prestará garantia de execução e fiel cumprimento das obrigações assumidas, como condição de validade do contrato, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura deste, exceto no caso de seguro-garantia, no qual o prazo será de até 1 (um) mês), contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, tendo em vista a alta complexidade técnica e os riscos envolvidos:

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

PARÁGRAFO TERCEIRO. A garantia da execução poderá ser substituída, quando conveniente, por acordo entre as partes.

PARÁGRAFO QUARTO. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

PARÁGRAFO QUINTO. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO SEXTO. Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia de execução contratual assegurará o pagamento das seguintes ocorrências:

I. ressarcimento à CONTRATANTE por prejuízos decorrentes da não execução;

II. pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III. pagamento das multas devidas à CONTRATANTE;

IV. exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO OITAVO. A CONTRATADA deverá proceder à reposição da garantia, em caso de sua utilização, total ou parcial, pela CONTRATANTE, para compensação

de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO NONO. Na liberação da garantia prestada em dinheiro, o valor será acrescido de atualização monetária, para o qual será utilizado o IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

PARÁGRAFO DÉCIMO . A CONTRATADA se obriga a apresentar nova garantia no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes do seu vencimento ou no caso de prorrogação do Contrato. Vale ressaltar que, no caso de redução do seu valor em razão e aplicação de quaisquer penalidades ou, ainda, no caso de elevação do valor do Contrato após a assinatura de termo aditivo, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será de 10 (dez) dias contados da data da notificação ou da assinatura do referido aditamento, mantendo-se o percentual estabelecido no PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO . Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. A CONTRATANTE poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais de garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente contrato e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA ficará sujeita as cláusulas contratuais estabelecidas neste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Como condição para a celebração do contrato, a CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO QUARTO. A CONTRATADA obriga-se a atender ao objeto deste contrato de acordo com as especificações e critérios estabelecidos no [Edital] e seu **TR - Termo de Referência**, e ainda:

- I. entregar o objeto em conformidade com a Cláusula Segunda deste Contrato;
- II. Cumprir com o prazo de entrega determinado neste Contrato;

III. Responsabilizar-se integralmente pela entrega do objeto, nos termos da legislação vigente, bem como pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078, de 1990);

IV. Submeter-se à fiscalização da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, através do setor competente, que acompanhará a entrega dos materiais e produtos, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

V. cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA;

VI. arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;

VII. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no **TR - Termo de Referência**, o objeto com avarias ou defeitos;

VIII. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IX. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da CONTRATANTE para a gestão do contrato;

X. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás, conforme legislação vigente;

XI. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XII. cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XIII. atender aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental;

XIV. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

a) alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela CONTRATANTE;

b) retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da CONTRATANTE;

c) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

PARÁGRAFO QUINTO. As penalidades ou multas, impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Contrato, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamentos de impostos, taxas e serviços auxiliares.

PARÁGRAFO SEXTO. É vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, em atendimento ao parágrafo único do art. 48, da Lei federal nº

14.133/2021;

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATADA deverá seguir e manter operante, durante a execução contratual, o Programa de Integridade nos termos da Lei Estadual nº 20.489/2019.

PARÁGRAFO OITAVO. Caso a CONTRATADA tenha apresentado declaração se comprometendo a implementar um Programa de Integridade (Compliance) que atenda aos requisitos da Lei Estadual 20.489/2019, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da celebração do contrato, demonstrar a implantação do programa à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Além das obrigações contidas no Edital e seus anexos, e neste Contrato, cabe à CONTRATANTE:

- I.** exercer a fiscalização da execução do objeto, na forma prevista pela Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, através de nomeação de Gestor do Contrato;
- II.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respectivo **TR - Termo de Referência**;
- III.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- IV.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- V.** comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- VI.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- VII.** efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no **TR - Termo de Referência**;
- VIII.** a Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores;
- IX.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- X.** ressarcir a CONTRATADA, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da CONTRATANTE, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- XI.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à CONTRATANTE, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a

apuração dos ilícitos de sua competência;

XII. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

XIII. demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

i) fraudar a licitação;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

k) dar causa à inexecução parcial do contrato;

l) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

m) dar causa à inexecução total do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Com fulcro na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Em atenção ao § 2º do Art. 155, "A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave."

PARÁGRAFO TERCEIRO. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

PARÁGRAFO QUARTO. Para as infrações previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do *caput* desta cláusula, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

PARÁGRAFO QUINTO. Para as infrações previstas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso II do *caput* desta cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

PARÁGRAFO SEXTO. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO OITAVO. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do *caput* desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO NONO. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso II do *caput* desta cláusula, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do *caput* desta cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea "g" do

inciso II do *caput* desta cláusula, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 53 do Decreto estadual nº 10.247, de 30 de Março de 2023.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Conforme estabelece o art. 158, §1º da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando o órgão ou entidade não dispuser em seu quadro funcional de servidores estatutários, a comissão será composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Estado de Goiás.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Conforme Decreto Estadual nº 9.142 de 22 de janeiro de 2018, serão inscritas no CADIN Estadual ? Goiás as pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido impedidas de celebrar ajustes com a Administração Estadual, em decorrência da aplicação de sanções previstas na legislação pertinente a licitações e contratos administrativos ou em legislações de parcerias com entes públicos ou com o terceiro setor.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Não obstante a CONTRATADA ser a única responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a CONTRATANTE se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no Sistema de Logística de Goiás (SISLOG) destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO QUARTO. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO QUINTO. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes da CONTRATADA, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

PARÁGRAFO OITAVO. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

PARÁGRAFO NONO. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de

avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao fiscal administrativo ou setorial, e ainda informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o Gestor deverá notificar a CONTRATADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 c/c art. 125, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica permitida a realização de subcontratação (quarteirização), estritamente para o caso de realização dos serviços *sob demanda* (itens 11 ao 14), obrigando-se a CONTRATADA a apresentar as Notas Fiscais dos serviços subcontratados e os Comprovantes de Regularidade Fiscal da empresa subcontratada, bem como dos comprovantes de retenção e declaração de todos os tributos incidentes, para efeitos de fiscalização de contrato;

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica obrigada a CONTRATADA a realizar a retenção e declaração de todos os tributos incidentes, arcando integralmente com toda a responsabilização em relação à subcontratação desse Contrato e, posteriormente, fazendo integral prestação de contas para o Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento deste ajuste serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do presente contrato poderá ser:

I. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores;

II. consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse para a CONTRATANTE;

III. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral ou por decisão judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA, desde já, reconhece todos direitos da CONTRATANTE, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Logística de Goiás (SISLOG).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica eleito o foro de Goiânia para dirimir as questões oriundas da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente contrato, assinado eletronicamente, para que produza os necessários efeitos legais.

Pela CONTRATANTE:

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA

Secretário de Estado da Economia

Pela CONTRATADA:

SOLANGE OLIVEIRA SILVA

Globo Administração e Serviços LTDA



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE OLIVEIRA SILVA, Usuário Externo**, em 08/04/2025, às 10:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO SERVULO FREIRE NOGUEIRA, Secretário (a) de Estado**, em 14/04/2025, às 19:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **72757874** e o código CRC **9CA67840**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO -
GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202500004029872



SEI 72757874

Secretaria de
Estado da
Economia



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

APOSTILA

PROCESSO Nº 202500004029872, DE 31/03/2025 - **PRIMEIRO APOSTILAMENTO** AO CONTRATO Nº 009/2025, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA E A EMPRESA GLOBO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME.

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUXILIAR DE LIMPEZA, AUXILIAR DE LIMPEZA (BANHEIROS COLETIVOS), E DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA - LOTE 1, E SERVIÇOS SOB DEMANDA, SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, PARA LIMPEZA DE ESQUADRIAS ENVIDRAÇADAS EXTERNAS COM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO, LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, LIMPEZA DE CALHAS E DIÁRIAS DE FAXINA INCLUINDO O CARREGAMENTO DE MÓVEIS, INCLUINDO EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS, MATERIAL DE CONSUMO, UNIFORMES E EPIS - LOTE 4.

APLICAÇÃO DO REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS, SOLICITADO PELA CONTRATADA, CONFORME PREVISÃO LEGAL E CONTRATUAL, EM DECORRÊNCIA:

I - DA REPACTUAÇÃO PELA CCT 2026/2027 - CONFORME §10º DA CLÁUSULA 4ª DO CONTRATO INICIAL;

II - DO REAJUSTE PELO IPCA (IBGE), - CONFORME §8º DA CLÁUSULA 4ª DO CONTRATO INICIAL.

Pelo exposto nos autos, determino que seja concedido o reajustamento dos preços contratados, com base nos cálculos e justificativa apresentados nos autos, realizados a partir dos novos valores para os postos de trabalho de auxiliar de limpeza, auxiliar de limpeza (banheiros coletivos), e de encarregado de serviços gerais com dedicação de mão de obra exclusiva - **Lote 1**, apresentados pela Contratada.

A vigência do Contrato nº 09/2025 abrange o período de 15/04/2025 a 15/04/2026.

I - Solicitação de **Repactuação** dos preços contratados, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 da categoria, firmada entre o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conserv., Limp. Pub. e Ambiental Coleta de Lixo no Estado de Goiás - SEACONS, e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás – SEAC-GO. As partes ajustaram que os salários da categoria ficam reajustados a partir de 1º de janeiro de 2026.

II - Solicitação de **Reajuste** dos preços contratados para o fornecimento de materiais, aplicando-se o IPC-A (IBGE) acumulado no período de fevereiro/2025 a janeiro/2026, cujo valor percentual correspondente foi de 4,44%;

- O impacto financeiro do reajuste dos preços nos postos de trabalho contratados se dará a partir de **10/02/2026**.

- Os valores dos postos de trabalho contratados passam a ser:

Lote 01 - Serviços de Limpeza Posto Fixo							
Item	Tipo de Serviço	Quantidade de Postos	Valor Unitário atual (R\$)	*Valor Unitário c/ CCT/26/27 (R\$) a partir de 01/01/26 até 09/02/2026	Acréscimo Mensal c/ CCT	*Valor Unitário c/ REAJUSTE IPCA (R\$) - de 10/02/26 até 15/04/26	Acréscimo Mensal c/ Reajuste
01	Auxiliar de Limpeza	112	4.791,67	5.064,90	30.601,76	5.077,90	32.057,76
02	Auxiliar de Limpeza (banheiros coletivos)	09	6.279,97	6.553,20	2.459,07	6.556,49	2.488,68
03	Encargado de serviços gerais	02	6.737,10	7.565,94	1.657,68	7.568,19	1.662,18
ACRÉSCIMOS MENSAIS					R\$ 34.718,51		R\$ 36.208,62

* Valores apresentados pela contratada.

LOTE 1		
REACTUAÇÃO CCT 2026/2027 01/01/26 a 09/02/26	ACRÉSCIMO MENSAL (R\$)	ACRÉSCIMO TOTAL (R\$)
	R\$ 34.718,51	R\$ 45.134,06
REAJUSTE IPCA - 4,44% 10/02/2026 a 15/04/2026	R\$ 36.208,62	R\$ 78.452,01
COMPLEMENTO TOTAL - APOSTILAMENTO		R\$ 123.586,07

- com a Repactuação, o acréscimo referente aos novos valores dos postos de trabalho contratados, no período de 01/01/2026 a 09/02/2026 é de R\$ 45.134,06 (quarenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e seis centavos)

- Com o reajuste, o acréscimo referente aos novos valores dos postos de trabalho contratados, no período de 10/02/2026 a 15/04/2026 é de R\$ 78.452,01 (setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e um centavo)

III - Assim sendo, com a aplicação da **repactuação** referente à CCT/2026/2027 e do **reajuste** dos preços para o fornecimento de materiais, o valor complementar ao Contrato 009/2025 é de **R\$ 123.586,07** (cento e vinte e três mil quinhentos e oitenta e seis reais e sete centavos), valor deste Apostilamento.

IV - Da Atualização do valor do Contrato nº 009/2025 - Com a aplicação da repactuação e do reajuste dos preços, o valor total contratado passa de R\$ 7.667.175,12 (sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil cento e setenta e cinco reais e doze centavos) para R\$ 7.790.761,19 (sete milhões, setecentos e noventa mil setecentos e sessenta e um reais e dezenove centavos).

O reajuste e a repactuação dos preços contratados, conforme previsão contratual, serão formalizados por meio de Apostilamento contratual, nos termos do Artigo 136 da Lei Federal 14.133/21, c/c o art. 5º do Decreto estadual nº 8.189/14, que dispõem:

Lei Federal 14.133/21:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

(...)”.

Decreto estadual nº 8.189/14:

Art. 5º As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto se coincidentes com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizadas por termo aditivo.

V- Os valores referentes a este Apostilamento serão pagos após análise e validação das planilhas de custos pela Gerência de Cálculos e Precatórios da Procuradoria-Geral do Estado. Caso haja divergência de valores, a correção se dará por novo apostilamento contratual.

As despesas decorrentes deste Apostilamento correrão neste exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: 2026.17 01 04 122 4200 4243 3, Fonte 15000100, do vigente Orçamento Estadual, conforme nota de empenho nº 2026.1701.055.00272 no valor de R\$ 123.586,07 (cento e vinte e três mil quinhentos e oitenta e seis reais e sete centavos), emitida em 10/04/2026, pela Seção competente da Secretaria de Estado da Economia.

Permanecem inalteradas as demais condições contratuais pactuadas.

Face o exposto, encaminhe-se o presente Apostilamento à Gestão de Contratos e à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira, para os devidos fins.

SIDNEY EUZEBIO MATEUS

Superintendente de Gestão Integrada em substituição (Portaria nº 53, de 23 de março de 2026)

Delegação por Portaria nº 077, de 10/4/2026 - DOE nº 24.757, de 10/04/26



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEY EUZEBIO MATEUS, Superintendente em Substituição**, em 10/04/2026, às 16:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **88896595** e o código CRC **44A1093A**.

AVENIDA VEREADOR JOSE MONTEIRO - Bairro SETOR NOVA VILA - CEP 74653-900 -
GOIÂNIA - GO - COMPLEXO FAZENDÁRIO, BLOCO B 32692068



Referência: Processo nº 202500004029872



SEI 88896595



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

PROCESSO Nº 202500004029872 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2025, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA DIRETA, EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS, MATERIAL DE CONSUMO, UNIFORMES E EPIS - LOTE 1, E SERVIÇOS SOB DEMANDA, SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA - LOTE 4 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, E A EMPRESA GLOBO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME.

CONTRATANTE: O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.655/0001-80, com sede na Avenida Vereador José Monteiro, Complexo Fazendário, Bloco B - Setor Nova Vila, Goiânia - GO - CEP 74653-900 - (62)3269-2068, neste ato representada por sua titular, nos termos do art. 84-A da Lei Estadual nº 17.928/2012 incluído pela Lei complementar nº 164, de 7 de julho de 2021, conforme regulamento do Decreto estadual nº 9.898/2021, Sr^a. **RENATA LACERDA NOLETO**, brasileira, portadora do CPF nº***.770.451-**, residente e domiciliada em Goiânia - GO;

CONTRATADA: GLOBO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita sob o CNPJ nº 09.118.398/0001-30, com sede na Rua 247, QD 35, LT 27, Sala 102, Setor Coimbra, Goiânia - GO, neste ato representada na forma de seus estatutos pela Sra. **SOLANGE OLIVEIRA SILVA**, portadora do CPF nº ***.683.701-**, residente e domiciliada em Goiânia - GO.

As partes resolvem firmar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2025, de prestação de serviços continuados de auxiliar de limpeza, auxiliar de limpeza (banheiros coletivos), e de encarregado de serviços gerais com dedicação de mão de obra exclusiva - Lote 1, e serviços sob demanda, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para limpeza de esquadrias envidraçadas externas com exposição a situação de risco, limpeza de caixas de água, limpeza de calhas e diárias de faxina incluindo o carregamento de móveis, incluindo equipamentos/ferramentas, material de consumo, uniformes e EPIS - Lote 4, objeto do Processo 202500004029872, de 02/04/2025 (contratação inicial: 202400005005765). As partes estão sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis, e às cláusulas e

condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, a adequação dos valores unitários dos postos de trabalho, o acréscimo de postos de trabalho e o reajuste dos preços dos Serviços sob Demanda (Lote 4), do Contrato nº 009/2025, de prestação de serviços continuados de auxiliar de limpeza, auxiliar de limpeza (banheiros coletivos), e de encarregado de serviços gerais com dedicação de mão de obra exclusiva - Lote 1, e serviços sob demanda, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para limpeza de esquadrias envidraçadas externas com exposição a situação de risco, limpeza de caixas de água, limpeza de calhas e diárias de faxina incluindo o carregamento de móveis, incluindo equipamentos/ferramentas, material de consumo, uniformes e EPIs - Lote 4.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato nº 009/2025 será prorrogado por 12 (doze) meses pelo Primeiro termo Aditivo, a partir de 15/04/2026 até 15/04/2027, podendo ainda ser prorrogado, caso haja interesse das partes, por meio de novo aditivo, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DO VALOR DOS POSTOS DE TRABALHO

Para esta prorrogação contratual, os valores unitários dos postos de trabalho contratados ficam readequados, tendo em vista que o percentual máximo do aviso prévio trabalhado informado na planilha de composição de custos, passa de 1,94% para 0,194%, a ser aplicado a cada ano de prorrogação. Assim sendo, o valor unitário dos postos de trabalho contratados, definidos no 1º Apostilamento, ficam reduzidos.

Parágrafo 1º - Os preços unitários passam a ser:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE LIMPEZA POSTO FIXO		
Item	Tipo de Serviço	Valor Unitário (R\$)*
01	Auxiliar de Limpeza	R\$ 5.037,91
02	Auxiliar de Limpeza (banheiros coletivos)	R\$ 6.516,51
03	Encarregado de serviços gerais superior a 50 funcionários	R\$ 7.499,48

*Percentual máximo de 0,194% de aviso prévio trabalhado, nos termos dos Acórdãos nº 1186/2017-TCU-Plenário, e nº 1586/2018-TCU-Plenário. Valores apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DO LOTE 04

Conforme solicitado pela Contratada, para esta prorrogação contratual - 15/04/2026 a 15/04/2027, os preços do Lote 04 - Serviços sob Demanda, ficam reajustados, corrigidos pelo IPCA acumulado no período de fevereiro/25 a janeiro/26, cujo índice percentual foi de 4,441350%.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Com o reajuste, os preços contratados passam a ser:

LOTE 04 - SERVIÇOS SOB DEMANDA			
Item	Tipo de Serviço	Unidade	Valor Unitário IPCA 4,441350% (R\$)
11	Limpeza de fachadas envidraçadas externas com exposição à situação de risco prestado sob demanda, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	(M ²)	R\$ 22,98
12	Limpeza de reservatórios de água: o serviço consiste no esvaziamento e lavagem do reservatório (paredes, fundo e áreas adjacentes) em conformidade com as normas vigentes, devendo ser feito o serviço por técnico especializado em locais designados pela administração, dando garantia do Serviço executado no mínimo 6 (seis) meses, com emissão de certificado da empresa assinado por profissional devidamente autorizado (químico) a ser prestado sob demanda, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	(M ³)	R\$ 27,15
13	Limpeza de calhas e rufos, com remoção total da sujeira, com raspagem e remoção de material acumulado e destinação final dos detritos. Incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	Metro linear	R\$ 11,49

14	Execução de limpeza pesada (faxina), incluindo a movimentação de móveis e objetos em geral, assim como a carga e descarga de mudanças e mercadorias em geral, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs, transporte e mão-de-obra.	Unid./Diária	R\$ 165,78
----	---	--------------	------------

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso haja nova prorrogação contratual, e solicitação da contratada, o reajuste para o Lote 4 se dará pelo IPCA acumulado no período de fevereiro/26 a janeiro/27.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACRÉSCIMO DE POSTOS, DOS VALORES E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para esta prorrogação contratual - 15/04/2026 a 15/04/2027, ficam acrescidos postos de trabalho ao Contrato nº 009/2025, com fundamento no art. 124, c/c o art. 125 da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Ficam acrescidos 13 postos de auxiliar de limpeza, passando de 112 postos para 125 postos de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O acréscimo de postos de trabalho representa um acréscimo aproximado de 9,75% ao valor atualizado do contrato inicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 8.845.121,16 (oito milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil cento e vinte e um reais e dezesseis centavos).

PARÁGRAFO QUARTO. Os quantitativos e valores para este aditivo são:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE LIMPEZA POSTO FIXO					
Item	Tipo de Serviço	Qtde. de Postos	Valor Unitário (R\$)**	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
01	Auxiliar de Limpeza	125	R\$ 5.037,91	R\$ 629.738,75	R\$ 757.556.865,00
02	Auxiliar de Limpeza (banheiros coletivos)	09	R\$ 6.516,51	R\$ 58.648,59	R\$ 703.783,08
03	Encarregado de serviços gerais	02	R\$ 7.499,48	R\$ 14.998,96	R\$ 179.987,52
VALOR TOTAL R\$				R\$ 703.386,30	R\$ 8.440.635,60

**Valores apresentados pela Contratada.

LOTE 04 - SERVIÇOS SOB DEMANDA

Item	Tipo de Serviço	Unidade	Quantidade	Periodicidade Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
11	Limpeza de fachadas envidraçadas externas com exposição à situação de risco prestado sob demanda, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	(M ²)	2.750	2	R\$ 22,98	R\$ 126.390,00
12	Limpeza de reservatórios de água: o serviço consiste no esvaziamento e lavagem do reservatório (paredes, fundo e áreas adjacentes) em conformidade com as normas vigentes, devendo ser feito o serviço por técnico especializado em locais designados pela administração, dando garantia do Serviço executado no mínimo 6 (seis) meses, com emissão de certificado da empresa assinado por profissional devidamente autorizado (químico) a ser prestado sob demanda, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	(M ³)	142	2	R\$ 27,15	R\$ 7.710,60
13	Limpeza de calhas e rufos, com remoção total da sujeira, com raspagem e remoção de material acumulado e destinação final dos detritos. Incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs e da mão-de-obra.	Metro linear	2.276	4	R\$ 11,49	R\$ 104.604,96

14	Execução de limpeza pesada (faxina), incluindo a movimentação de móveis e objetos em geral, assim como a carga e descarga de mudanças e mercadorias em geral, incluindo o fornecimento do material, dos equipamentos, EPIs, transporte e mão-de-obra.	Unid/Diária	1000	1	R\$ 165,78	R\$ 165.780,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 404.485,56

VALOR TOTAL ANUAL	R\$ 8.845.121,16
--------------------------	-----------------------------

PARÁGRAFO QUINTO. As despesas decorrentes correrão neste exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: 2026.17 01 04 122 4200 4243 03, Fonte 15000100, do vigente Orçamento Estadual, conforme Nota de Empenho emitida pela Seção competente da Secretaria de Estado da Economia. No exercício seguinte, em dotação apropriada.

PARÁGRAFO SEXTO. Os valores apresentados pela Contratada no âmbito deste Termo Aditivo, especificamente aqueles sujeitos à apuração técnica, serão pagos após análise e validação das respectivas planilhas de custos pela Gerência de Cálculos e Precatórios da Procuradoria-Geral do Estado. Eventuais divergências apuradas ensejarão a adequação dos valores, a ser formalizada por meio de apostilamento contratual, nos termos da legislação aplicável.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A eventual repactuação dos valores contratuais, decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho referente ao período 2027/2028, caso formalmente requerida pela Contratada, será processada mediante apostilamento contratual, nos termos do art. 5º do Decreto estadual nº 8.189/2014, condicionada à prévia análise e validação pela Gerência de Cálculos e Precatórios da Procuradoria-Geral do Estado, observados os requisitos legais e contratuais pertinentes.

PARÁGRAFO OITAVO. O próximo reajuste dos preços contratados para o fornecimento de materiais, poderá ser solicitado pela contratada, aplicando-se o IPC-A (IBGE) acumulado no período de fevereiro/2026 a janeiro/2027, a partir de 10/02/2027.

PARÁGRAFO NONO. O reajuste e a repactuação dos preços contratados, conforme previsão contratual, caso solicitados pela contratada, serão formalizados por meio de Apostilamento contratual, nos termos do Artigo 136 da Lei Federal 14.133/21, c/c o art. 5º do Decreto estadual nº 8.189/14.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais Cláusulas e condições não expressamente alteradas permanecem em vigor podendo ainda ser firmados novos aditivos, a qualquer tempo.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente PRIMEIRO TERMO

ADITIVO, assinado eletronicamente pelas partes abaixo nomeadas, para que produza os necessários efeitos legais.

Pela CONTRATANTE:

RENATA LACERDA NOLETO
Secretária de Estado da Economia

Pela CONTRATADA:

SOLANGE OLIVEIRA SILVA
Globo Administração e Serviços LTDA



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE OLIVEIRA SILVA, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 15:26, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA LACERDA NOLETO, Secretário (a) de Estado**, em 14/04/2026, às 19:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **88967536** e o código CRC **2D051E1C**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, , - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.		
---	--	--



Referência: Processo nº 202500004029872



SEI 88967536